



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro

PROJETO BÁSICO

Cliente: Secretaria de Estado de Polícia Civil

Unidade: 74ª Delegacia Policial

Endereço: Praça Carlos Gianelly, nº 15, atual Rua Dr. Alfredo, Backer, no bairro de Alcântara

Município: São Gonçalo

Código do Imóvel: 09.113.003

Proposta: P006/2021 – SISTEMA PLENO (index SEI 23247293)

D006/2021 – SISTEMA DESONERADO (index SEI 23247387)

Orçamento: P006.001 a 003/2021– SISTEMA PLENO

D006.001 a 003/2021– SISTEMA DESONERADO

Orçamentista: ID: 28521986 – NILSON PEREIRA LIMA

Natureza dos Serviços: REFORMA DA 74ª DELEGACIA DE POLÍCIA

1. INTRODUÇÃO:

O presente PROJETO BÁSICO tem por objetivo estabelecer o escopo, as diretrizes, as especificações técnicas e os padrões exigidos para a contratação a ser realizada pela Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro - EMOP, para a execução dos serviços de **REFORMA DA 74ª DELEGACIA DE POLÍCIA**, localizado à Praça Carlos Gianelly, nº 15, atual Rua Dr. Alfredo Backer, no bairro de Alcântara, São Gonçalo, RJ, em consonância com o Termo de Cooperação Técnica, celebrado com o **Secretaria de Estado de Polícia Civil**.

1.1. REGIME DE CONTRATAÇÃO:

Poderá ser adotado Pregão Eletrônico, compatível com o grau de detalhamento de elementos necessários a execução do objeto, condicionando o pagamento apenas pelos serviços efetivamente executados.

O presente objeto, do PROJETO BÁSICO, trata-se de serviço comum de engenharia conforme Relatório de Vistoria da 9ª DEPMAN, fls.4 (index SEI- 22969167), elaborado por : Nilson Pereira Lima / ID funcional: 2852198-6.

1.2. CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

O Critério de Julgamento das propostas a ser adotado é o de menor preço, pois proporciona o menor dispêndio para o Cliente, atendendo aos parâmetros mínimos de qualidade e segurança, bem como os prazos definidos neste Termo.

1.3. REFERÊNCIAS:

As Leis, Normas, Atos e demais documentos a seguir relacionados deverão ser rigorosamente observados, sem prejuízo de outros ordenamentos da legislação nacional.

- Lei Federal Nº 13.303/16 de 30 de junho de 2016 – Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- Decreto nº 46.188 de 06 de dezembro de 2017 - Regulamenta, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias.
- Regulamento de Licitações e Contratos da Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP, de 02 de outubro de 2018.
- Decreto nº 46.642 de 17 de abril de 2019 - Regulamenta a fase preparatória das contratações no âmbito do Estado do Rio de Janeiro;
- Normas Brasileiras pertinentes.

2. OBJETO:

O objeto do PROJETO BÁSICO é a contratação de empresa especializada no ramo de engenharia, para a execução dos serviços de **REFORMA DA 74ª DELEGACIA DE POLÍCIA, localizado à Praça Carlos Gianelly, nº 15, atual Rua Dr. Alfredo Backer, no bairro de Alcântara, São Gonçalo, RJ**, em conformidade com as especificações do presente PROJETO BÁSICO, do Edital de Licitação, e seus anexos.

2.1. DESCRIÇÃO DO IMÓVEL:

2.1.1. A unidade tem modelo padrão de Delegacia Legal, composta por 02 pavimentos, em funcionamento 24 horas. Edificação construída e inaugurada em setembro de 2001.

- i. O primeiro pavimento apresenta atendimento social, telecomunicações, sala de reuniões, investigação, SEOP, investigação preliminar e telecomunicações, sanitários masculino/feminino, telefone público, sala de atendimento social, sala do delegado adjunto, sala de reconhecimento, hall e SIP (Sistema Inteligência Policial), bicicletário (na sala dos QDL/distribuição), escada.
- ii. O segundo pavimento apresenta hall da escada, sala o delegado titular, sala de investigação, sanitários masculino/feminino, GIC (Grupo Investigação

Complementar), sala de acesso restrito com copa, café e banheiros masculino/feminino, sala do síndico, SEOP.

2.1.2. DESCRIÇÃO DO ESTADO DO IMÓVEL:

A edificação apresenta estado sofrível de conservação, com anomalias resultantes do desgaste normal de uso e fadiga dos materiais, especialmente nos pisos elevados com danos no revestimento mecânico das placas, além de:

- i. -Pisos cerâmicos com pequena área de desgaste e quebra.
- ii. -Instalações elétricas requerem revisão, com instalação de novas luminárias, pontos de força, lógica e telefonia.
- iii. -Pintura com desgaste natural em face do tempo de construção (18 anos) e uso.
- iv. -A cobertura em telhas onduladas com calha central em concreto armado em bom estado de conservação.
- v. -Área descoberta impermeabilizada com acabamento em placas de proteção conjuntas, necessitando de troca total da impermeabilização e plaqueamento de proteção.

2.1.3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

Delegado de Polícia, Lauro Cesar Lethier Rangel, através da CI SEPOL/74ª DP Nº152, (SEI-11245386) encaminhou a SSPE/DGAF/SEPOL: Relatório de Visita realizada pelo Ministério Público (SEI-11244878) e Relatório Técnico realizado pela EMOP (SEI-11245215), que avaliaram a gravidade dos problemas estruturais existentes nas dependências da Unidade, que encontra-se em péssimo estado de conservação, necessitando da execução de obras em caráter de urgência.

Rafael Willis, ID 4137867-9, Diretor DGAF/SEPOL, solicita à EMOP providências para execução da intervenção (SEI-11375593).

2.2 ESCOPO DOS SERVIÇOS:

Para a realização dos serviços deverão ser consultados: memorial descritivo, orçamento e cronograma físico-financeiro.

1. Relatório de Vistoria Técnica nº 16/2021 de 20/09/2021, 9ª DEPMAN, (SEI-22969167),
2. Orçamento e cronograma físico-financeiro:

P006.001 a 003/2021 (SEI- 23115635) SISTEMA PLENO

D006.001 a 003/2021 (SEI- 23116967) SISTEMA DESONERADO

Todos os serviços executados seguirão rigorosamente as especificações e planilhas orçamentárias - não podendo ser inserida qualquer modificação sem o consentimento por escrito da FISCALIZAÇÃO.

Observações:

1. A medição dos itens constantes dos Orçamentos Sistema Pleno ou Sistema Desonerado, referentes a **Encargos Complementares** deverão ter seus quantitativos determinados após apropriação e comprovação da mão-de-obra empregada na execução dos serviços;
2. O item de “Administração Local”, previsto no código 05.100.0900-0 do Orçamento do Sistema Pleno, ou 05.100.0900-A do Orçamento Sistema Desonerado será pago com a quantidade que expressar o percentual mensal.

2.3. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS:

A CONTRATADA deverá apresentar os resultados no seguinte formato:

- i) Todos os documentos impressos, em colorido (quando for o caso), em três vias;
- ii) Todos os documentos em formato digital, gravados em CD-ROM ou DVD-ROM, uma via única.

A expressão dos resultados deve seguir o descrito nas normas vigentes descritas no item **1.3. Referências**.

2.4. CRONOGRAMA PRAZO DE EXECUÇÃO:

Os serviços constantes do presente PROJETO BÁSICO deverão ser executados no prazo de **120 (cento e vinte) dias**, a partir da emissão do respectivo Memorando de Início, respeitando-se o cronograma físico-financeiro.

2.4.1. MÊS DE REFERÊNCIA DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA:

A Planilha Orçamentária a que se refere o presente PROJETO BÁSICO tem como data base o mês de: **agosto de 2021**.

2.4.1.1 REAJUSTAMENTO:

Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data base da assinatura do Contrato, poderá a Contratada fazer jus a atualização (reajustamento) dos serviços ainda não pagos.

Essa atualização será realizada através do índice geral da construção civil, código 05.100 constante no Boletim Mensal de Custos da EMOP, de acordo com a fórmula a seguir:

$$PR = (I / Io) \times Po$$

Onde:

PR = Preço Unitário após o reajustamento estabelecido.

Io = Índice constante do Boletim de Custo Mensal da EMOP, código 05.100 (índice geral da construção civil) relativo ao mês da apresentação da proposta da contratada.

I = Índice constante do Boletim de Custo Mensal da EMOP, código 05.100 (índice geral da construção civil) relativo ao mês correspondente a um ou mais períodos de 12 (doze) meses, após a data da assinatura do contrato.

Po = Valor unitário constante da Planilha Orçamentária, apresentada pela firma Licitante.

Observações:

A prorrogação de prazos a pedido da CONTRATADA, e sem culpa ou responsabilidade por parte da CONTRATANTE, não enseja reajuste ou correção.

2.4.2. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO:

A medição será executada em etapa única, após a aferição da realização das etapas e serviços e entregados relatórios técnicos de execução dos serviços, juntamente com toda documentação referente ao serviço.

O Cronograma de desembolso e os prazos de execução serão estabelecidos no instrumento contratual.

Somente poderão ser considerados para efeito de pagamento os serviços efetivamente executados pela Contratada, em conformidade com o presente PROJETO BÁSICO.

A Contratante só deverá efetuar os pagamentos das faturas emitidas pela Contratada com base nos serviços aprovados pela Equipe de Fiscalização, obedecidas às condições estabelecidas no presente PROJETO BÁSICO.

Os pagamentos das faturas estão condicionados à análise e aprovação pela Fiscalização dos produtos apresentados.

2.4.3. FISCALIZAÇÃO:

A Fiscalização deverá tomar as providências para que a CONTRATADA cumpra todas as suas obrigações.

No Livro de Ordem de Obras e Serviços, fornecido pela contratada, e mantido no local dos serviços, a Fiscalização deverá anotar:

1. o atestado da veracidade dos registros efetuados pela CONTRATADA;
2. o juízo formado sobre o andamento da obra, tendo em vista os projetos, especificações, prazos e cronogramas;
3. as observações cabíveis a propósito dos lançamentos da CONTRATADA;
4. as respostas às consultas lançadas ou formuladas pela CONTRATADA;
5. as restrições que lhe pareçam cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos ou do desempenho da CONTRATADA, seus prepostos e sua equipe;

6. a determinação de providências para o cumprimento do projeto e especificações;
7. outros fatos ou observações cujo registro se torne conveniente aos trabalhos de fiscalização.
8. ao final da obra, o Livro de Ordem de Obras e Serviços referido será de propriedade do CONTRATANTE.

A fiscalização deverá executar mensalmente a medição dos serviços, baseada no relatório apresentado pela CONTRATADA.

2.4.4. GARANTIA:

A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, na data da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia da ordem de 5,00% (cinco por cento), a ser prestada em qualquer das modalidades previstas no artigo 70 da Lei Nº 13.303/2016.

3. SUBCONTRATAÇÃO:

Considerando a natureza dos serviços que não apresenta complexidade, fica VEDADA a subcontratação.

4. ADMISSÃO DE CONSÓRCIO:

É VEDADA a admissão de consórcio. Considerando a natureza dos serviços que não apresenta complexidade, fica

5. CAPACIDADE TÉCNICA:

A CONTRATADA deverá apresentar Certidão de Acervo Técnico de ter realizado quantitativos mínimos dos serviços de: piso elevado em placas metálicas preenchidas internamente com concreto celular, revestido com laminado melamínico, apoiado em pedestais telescópicos reguláveis, sobre base com longarinas de alumínio ou aço galvanizado, (184 m²), ou poderá ser apresentado a Certidão de Acervo Técnico (CAT) do profissional responsável com a comprovação mencionada.

Serão aceitos CAT - Certidão de Acervo Técnico, que separadamente complementem as atividades acima exigidas, porém, não serão aceitas as somas das áreas.

As quantidades acima constituem se limites mínimos, correspondentes a 50% dos quantitativos dos itens de maior relevância técnica ou economicamente relevantes.

6. QUADRO DE INSTALAÇÕES/APARELHAMENTO/PESSOAL TÉCNICO:

A CONTRATADA deverá fornecer toda a mão-de-obra, equipamentos, para execução dos serviços especificados, estendidas também a atividades complementares, não indicadas neste PROJETO BÁSICO e que poderão ser autorizadas pela FISCALIZAÇÃO.

As obras objeto deste PROJETO BÁSICO serão executadas sob a direção e responsabilidade técnica de um (01) Engenheiro(a) ou Arquiteto(a), que estará à frente, primando pela qualidade e a boa técnica dos serviços, estando autorizado(a) a representar a CONTRATADA em suas relações com o CONTRATANTE.

A CONTRATADA se obriga a manter o profissional acima indicado como Responsável Técnico na direção dos trabalhos e no local das obras até o seu final. A substituição do Responsável Técnico poderá ser feita por outro de igual lastro de experiência e capacidade, cuja aceitação ficará a exclusivo critério do CONTRATANTE.

7. SUSTENTABILIDADE:

7.1. LICENCIAMENTO AMBIENTAL:

A CONTRATADA deverá providenciar o licenciamento ambiental, caso necessário, por se tratar de reforma, mantendo as condições originais.

8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do CONTRATANTE:

I) realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas no contrato;

II) fornecer à CONTRATADA os documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;

III) exercer a gestão e a fiscalização do contrato;

IV) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas:

- a. O objeto do presente contrato será recebido provisoriamente, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas

alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212/1991, da comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da CONTRATADA, após parecer circunstanciado de comissão ou de membro designado pelo CONTRATANTE, com a aprovação, pelo Fiscal e pelos Gestor do contrato, dos desenhos as built, que deverão ser entregues em original, no formato e apresentação definidos pelo CONTRATANTE, sem qualquer ônus adicional para este.

- b. O objeto do presente contrato será recebido definitivamente, em prazo não superior a 90 (noventa) dias, após parecer circunstanciado da Comissão depois de decorrido o prazo de observação e de vistoria que comprove o exato cumprimento dos termos contratuais.

Informar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;

Fornecer à CONTRATADA as recomendações e/ou instruções a serem seguidas durante a prestação dos serviços;

Permitir a entrada dos funcionários da empresa CONTRATADA, devidamente identificados, para realizar os serviços contratados;

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Constituem obrigações da CONTRATADA:

- I) conduzir a execução do contrato de acordo com a legislação vigente;
- II) atender todas as especificações constantes do edital, de seus anexos e da proposta;
- III) executar o contrato com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;
- IV) manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;
- V) tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos;

VI) se responsabilizar integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste contrato, respondendo por si e por seus sucessores;

VII) prestar, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados na execução do objeto, sempre que a ela imputáveis;

VIII) iniciar e concluir a obra nos prazos estipulados;

IX) manter preposto no local da obra, para prover o que disser respeito à regular execução dos serviços;

X) atender as determinações e exigências formuladas pelo CONTRATANTE;

XI) se responsabilizar, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização das obras, até a sua entrega perfeitamente concluída;

XII) obedecer às normas trabalhistas vigentes, contidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no que concerne à despesa da contratação com vínculo empregatício do pessoal a ser empregado na execução das obras, englobando todas e quaisquer despesas decorrentes da execução dos contratos de trabalho em razão de horário, condição ou demais peculiaridades;

XIII) se responsabilizar integralmente pela iluminação, instalações e despesas delas provenientes, e equipamentos acessórios necessários à fiel execução das obras contratadas;

XIV) se responsabilizar integralmente pela qualidade das obras e pelos materiais empregados, que devem guardar conformidade com as especificações dos Projetos Básico e Executivo, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e demais normas técnicas pertinentes, a serem atestadas pelo CONTRATANTE;

XV) se responsabilizar durante todo o prazo de execução dos serviços pelo cumprimento das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, conforme disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e demais legislações aplicáveis, com vistas a prevenir acidentes de quaisquer naturezas com as máquinas, equipamentos, aparelhagem e empregados, seus ou de terceiros, na execução de obras ou serviços ou em decorrência deles;

XVI) observar na execução das obras, as normas de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, em especial o Decreto n.º 5.296, de 02/12/2004 e a NBR 9050;

XVII) manter constante e permanentemente vigilância sobre os serviços e as obras executados, bem como sobre os equipamentos e materiais, cabendo-lhe total responsabilidade por quaisquer perdas e danos, que eventualmente venham a ocorrer até a Aceitação Definitiva das Obras;

XVIII) na forma do disposto no Decreto Estadual n.º 40.647 de 08/03/2007, se obriga a não utilizar qualquer tipo de asbesto/amianto no objeto deste contrato ou de qualquer outro produto que contenha essa fibra;

XIX) proceder à matrícula da obra junto ao INSS, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias a contar da assinatura do contrato, sendo o cumprimento desta obrigação condição para a liberação dos pagamentos;

XX) obriga-se a fornecer e instalar, no local de obras, placas indicativas, conforme padrão a ser fornecido pela fiscalização, devendo, no canteiro de obras, prever sala para acomodação da fiscalização do CONTRATANTE, com microcomputador e telefone, além de sala de reuniões para uso comum;

XXI) obriga-se a apresentar no final da obra a Planta Cadastral (AS BUILT) constando todos os elementos físicos executados, cotados planialtimetricamente, durante a execução dos serviços e, ainda, a CND do INSS relativo à obra;

XXII) obriga-se a apresentar, a cada 3 (três) meses, prova de que:

a) está pagando os salários até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento ou na forma estabelecida no Estatuto, no último caso;

b) anotou as Carteiras de Trabalho e Previdência Social dos empregados vinculados à obra; e

c) encontra-se em dia com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos;

XXIII) registrar todos os seus empregados, previamente, junto à Fiscalização do CONTRATANTE, através de listagem escrita constando nome completo, número do documento de identidade e profissão/função;

XXIV) registrar o Contrato e a Anotação de Responsabilidade Técnica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/RJ ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo CAU/RJ, na forma da legislação pertinente, onde se observe a marcação do campo “declaro o cumprimento das normas da ABNT referentes à acessibilidade em atendimento ao parágrafo 1º do art. 11 do Decreto n.º 5.296/2004”, constante do formulário disponibilizado pelo CREA-RJ;

XXV) a observância das normas relativas à gestão de resíduos da construção civil;

XXVI) observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/1991;

XXVII) na forma da Lei Estadual nº 7.258/2016, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados a este contrato está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência,

habilitadas, na seguinte proporção:

I - até 200 empregados.....2%;

II - de 201 a 500..... 3%;

III - de 501 a 1.000.....4%;

IV - de 1.001 em diante..... 5%;

XXVIII) manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual nº 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública;

XXIX) caso a contratada ainda não tenha o Programa de Integridade instituído, compromete-se a implantá-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias corridos, a partir da data de celebração do presente contrato, na forma da Lei nº 7.753, de 17/10/2017.

XXX) A CONTRATADA deverá providenciar relatório fotográfico do local, com fotos da configuração e características das edificações, equipamentos e instalações objeto do presente PROJETO BÁSICO, **antes, durante, e após a execução**, (mostrando as transformações ocasionadas) dos serviços contratados, para cadastramento e efetivação do pagamento;

XXXI) A CONTRATADA fornecerá e manterá, no local dos serviços, um Livro de Anotação de Serviços ou documento equivalente que será preferencialmente eletrônico e estará vinculado à respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme instituído pela Resolução CONFEA nº 1.094/2017. Dados obrigatórios para preenchimento estão registrados no contrato.

XXXII) A CONTRATADA deverá adotar as ações, como boas práticas na prestação de serviços, a serem desempenhadas por intermédio de seus profissionais nas atividades diárias e nas atividades empresariais, nos seguintes termos:

- a. Otimização de recursos materiais;
- b. Redução do desperdício de materiais, energia e água por parte de seus profissionais no desempenho das atividades diárias;
- c. Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades diárias, incluindo coleta seletiva

10. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução, ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o CONTRATADO, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverão ser graduadas de acordo com a gravidade da infração:

- 1. advertência;
- 2. multa administrativa;
- 3. suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a EMOP, pelo prazo de até 2 (dois) anos, observada a gravidade da irregularidade.

A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida, deverá ser considerado para a sua fixação.

A imposição das penalidades é de competência exclusiva do CONTRATANTE.

A advertência e a multa, previstas em 1 e 2 acima, serão impostas pelo Diretor da área, na forma do art. 236, do Regulamento de Licitações e Contratos da EMOP.

A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a EMOP, prevista no item 3, acima, serão impostos pelo Diretor Presidente, na forma do art. 236, do Regulamento de Licitações e Contratos da EMOP, devendo ser submetida à apreciação do Secretário de Estado de Infraestrutura e Obras.

Com referência a valores e forma de aplicação, serão pormenorizados em contrato,

Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e a defesa prévia. A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 10(dez) dias úteis, contado a partir da sua notificação, no caso de aplicação das penalidades previstas em 1, 2 e 3 deste tópico.

A autoridade competente emitirá decisão motivada sobre a aplicação ou não da sanção ao contratado, devendo conter demonstração dos fatos e dos

respectivos fundamentos jurídicos, que será publicada em Diário Oficial, cabendo desta decisão recurso hierárquico no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 237 do Regulamento de Licitações e Contratos da EMOP.

11. MATRIZ DE RISCO:

A Matriz de Risco do contrato originado do presente PROJETO BÁSICO deverá obedecer ao seguinte critério.

Categoria de Risco	Descrição do Evento Causador do Risco	Consequência na Execução do Objeto	Medidas para Tratamento do Risco	Responsável pelo Tratamento do Risco
Operacional	Eventos naturais e outros, não controláveis ou imprevisíveis, que possam comprometer a execução dos serviços.	Aumento de custo e/ou atraso na execução do objeto.	Propor ações para lidar com as consequências desses eventos. Comunicar a SECRETARIA caso existam impactos no prazo e/ou custo.	EMOP E CONTRATADA
Operacional	Comunicação deficiente entre as partes	Atraso na execução do objeto.	Definir reuniões periódicas visando manter comunicação sobre o projeto, incluindo tratamento de dúvidas e resolução de conflitos.	EMOP, SECRETARIA E CONTRATADA
Operacional	Ambiente de trabalho inseguro, propiciando a ocorrência de acidentes.	Atraso na execução do objeto.	Adotar as medidas de segurança do trabalho previstas em contrato.	EMOP e CONTRATADA
Técnico	Falta ou atraso na mobilização de recursos humanos e/ou materiais por parte da contratada.	Atraso na execução do objeto.	Monitorar o avanço físico da obra. Sinalizar desvios e propor medidas corretivas tempestivamente.	EMOP e CONTRATADA
Tempo e Qualidade	Falta de descentralização de crédito prevista no Termo de cooperação Técnica.	Atraso no cronograma da Obra. Paralisação da Obra.	Oficializar a SECRETARIA da necessidade urgente da descentralização de crédito. Emitir termo aditivo de suspensão de contagem de prazo	EMOP e SECRETARIA

Categoria de Risco	Descrição do Evento Causador do Risco	Consequência na Execução do Objeto	Medidas para Tratamento do Risco	Responsável pelo Tratamento do Risco
			ou, rescisão contratual.	
Tempo e Qualidade	Atraso ou falta de pagamento das faturas/notas fiscais de responsabilidade da SEFAZ.	Atraso no cronograma da Obra. Paralisação da Obra.	Oficializar A SEFAZ necessidade urgente de pagamento das faturas/notas fiscais de crédito. Emitir termo aditivo de suspensão de contagem de prazo ou, rescisão contratual.	EMOP e SECRETARIA
Tempo e Qualidade	Acidente de trabalho	Atraso na execução dos serviços	Treinamento da M.O., Utilização de EPI, Organização do canteiro de obras	Contratada
Tempo e Qualidade	Fatos retardadores ou que impedem a execução do Contrato próprios de riscos ordinário da atividade empresarial ou da execução.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço	Planejamento Empresarial.	Contratada

NOTA: A definição do escopo, das especificações e quantitativos do presente PROJETO BÁSICO –PB é de responsabilidade dos profissionais que elaboraram os documentos inseridos no Processo: SEI-360181/000131/2020, Minuta do referido PB elaborados pela COOPLAC/DIRM/EMOP; Relatórios e orçamento elaborado pela 9ª DEPMAN/DIRM/EMOP

Rio de Janeiro, 08 de OUTUBRO de 2021


Carlos Eduardo Marçal
ID: 2852226-5
CREA: 1982100343

ANEXOS:

- ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO – ANS e Termo de Notificação (ANS)
- Documentos referente à solicitação da SEPOL (index SEI 11244878-MPRJ, SEI 11375593)

ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO - ANS

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO é acordo firmado entre prestador de serviço e cliente com a condição que determinado serviço precisa atender para ser considerado satisfatório, estabelecendo critérios objetivos para medir a qualidade e desempenho, apurando consequências para o não cumprimento das condições estipuladas.

1.1) Fica estabelecido entre as partes Acordo de Nível de Serviços - ANS, o qual tem por objetivo medir a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA;

1.2) A medição da qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA será feita por meio de sistema de pontuação, explicitado **no item 4**, os valores apurados em decorrência de descumprimento dos itens indicados no Acordo de Níveis de Serviço serão objeto de glosa na fatura mensal da empresa, resultado definirá o valor mensal a ser pago no período avaliado;

1.3) As situações abrangidas pelo Acordo de Nível de Serviços – ANS se referem a fatos cotidianos da execução do contrato, não isentando a CONTRATADA das demais responsabilidades ou sanções legalmente previstas;

1.4) A CONTRATANTE poderá alterar os procedimentos metodologia de avaliação durante a execução contratual sempre que o novo sistema se mostrar mais eficiente que o anterior e não houver prejuízos para a CONTRATADA.

2. DO ESCOPO DO SERVIÇO

2.1) Descrição do Serviço:

O objeto do presente ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO - ANS é para execução dos serviços de **REFORMA DA 74ª DELEGACIA DE POLÍCIA, localizado à Praça Carlos Gianelly, nº 15, atual Rua Dr. Alfredo Backer, no bairro de Alcântara, São Gonçalo, RJ**, em conformidade com as especificações do presente PROJETO BÁSICO, do Edital de Licitação, e seus anexos.

2.2) Objetivos:

Prédio em péssimo estado de conservação, apresentando anomalias resultantes de desgaste natural de uso e fadiga dos materiais, evidente em todo o prédio:

Corrigir pisos cerâmicos com pequena área de desgaste e quebra e os pisos elevados com danos no revestimento mecânico das placas.

Corrigir instalação elétrica com problema de carga, exigindo uma intervenção total.

Corrigir pintura com desgaste natural em face do tempo de construção.

Troca total da impermeabilização e plaqueamento de proteção da pequena área descoberta.

O serviço trará mais qualidade ao espaço, protegendo os usuários, além de diminuir os custos com a manutenção, eliminando as infiltrações.

O objetivo, portanto, do Acordo de Nível de Serviço é a continuidade da prestação do serviço com qualidade e cumprimento dos prazos estabelecidos em contrato evitando que haja perda da produção essenciais à prestação do serviço à EMOP.

2.3) Análise de Desempenho do Serviço (Relatórios):

A contratante, através da contratação, objetiva o reestabelecimento das condições de habitabilidade, melhorando o ambiente para os usuários e atendimento ao público,

2.4) Comunicação:

As comunicações entre a contratada e a EMOP poderão ser realizadas através do e-mail e de telefone, por via presencial e as mais relevantes deverão ser anotadas no livro de obras.

A contratada deverá fornecer idênticos meios de contato à contratante, isto é, através de e-mail, telefone de contato ou, ainda, por via presencial.

3. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATADO

3.1) Da fiscalização do contrato

3.1.1) O Fiscal do Contrato designado pela CONTRATANTE acompanhará a execução dos serviços prestados, atuando junto a preposto indicado pela CONTRATADA.

3.1.2) Verificando a existência de irregularidades na prestação dos serviços, o Fiscal do Contrato notificará o preposto da CONTRATADA para que esta solucione o problema ou preste os devidos esclarecimentos.

3.1.3) A notificação quanto à existência de irregularidades na execução do contrato poderá ser verbal ou por escrito, a depender da gravidade da situação ou da reincidência do fato, ficando a critério da fiscalização;

3.1.4) Constatando irregularidade passível de notificação por escrito, o Fiscal do Contrato preencherá termo de notificação, relatando a ocorrência, seu grau de pontuação, o dia e a hora do acontecido;

3.1.5) O termo de notificação será imediatamente apresentado ao preposto da CONTRATADA, o qual, constatando a ocorrência, deverá atestar de pronto seu “visto” no documento, que ficará sob a guarda do Fiscal do Contrato.

3.1.5.1) O direito ao contraditório e ampla defesa será concedido à CONTRATADA através do registro pelo preposto da CONTRATADA, no próprio termo de notificação;

3.1.5.2) A contratada poderá apresentar justificativas para a prestação do serviço em menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo órgão ou entidade, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao seu controle.

3.1.5.3) Será emitida, pela fiscalização, decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da irregularidade.

3.1.6) Em até cinco dias úteis anteriores à apresentação da fatura mensal para ateste e pagamento, o Fiscal do Contrato informará à CONTRATADA o resultado da avaliação mensal do serviço.

3.1.7) A CONTRATADA, de posse das informações repassadas pelo Fiscal do Contrato, emitirá fatura mensal relativa aos serviços prestados, abatendo do valor devido pela CONTRATANTE os descontos relativos à aplicação do Acordo de Nível de Serviços.

3.1.8) O Fiscal do Contato, ao receber da CONTRATADA as faturas mensais para ateste, somente o fará quando verificada a dedução dos descontos acima mencionados.

3.1.9) Verificada a regularidade da fatura, o Fiscal do Contrato juntará a estas **os termos de notificação** produzidos no período, e os encaminhará para pagamento.

INDICADOR Nº1

Prazo para atendimento durante a execução do contrato.

Finalidade: Garantir sanar **não conformidades ou intercorrências** do serviço a que se destina o contrato.

Critério de Medição: Tempo decorrido entre a abertura da chamada efetuada por representante do contratante e o atendimento.

Forma de acompanhamento: através do registro da abertura do **termo de notificação**.

Periodicidade: semanal.

Mecanismo de cálculo: Cada comunicação será registrada e valorada individualmente.

Critérios de pontuação do Indicador para atendimento as intercorrências :	Pontos
Tempo até 6 horas	0
Tempo entre 6 horas (exclusive) e 12 horas (inclusive)	2
Tempo entre 12 horas (exclusive) e 18 horas (inclusive)	4
Tempo superior a 18 horas	6

Critérios de pontuação Indicador para atendimento as não conformidades :	Pontos
Tempo até 3 dias	0
Tempo entre 3 dias(exclusive) e 6 dias (inclusive)...	2
Tempo entre 6 dias (exclusive) e 9 dias (inclusive)..	4
Tempo superior a 9 dias	6

INDICADOR Nº 2

PARA OS ITENS SEGUINTE:	Pontos
Manter, em serviço, empregado sem uniforme e/ou identificação, por empregado e por dia.	1
Permitir que o empregado se apresente com uniforme sujo, rasgado ou em condições inadequadas de uso, por empregado e por dia.	1

Deixar de executar qualquer tarefa constante das obrigações pactuadas ou previstas em lei, para as quais não se comine outra penalidade.	4
Deixar de credenciar junto à contratante um representante para prestar esclarecimentos e atender prontamente a todas as chamadas necessárias para boa execução do contrato	2
Atrasar na implantação de medidas corretivas exigidas pelo fiscal do contrato ou na execução de outras obrigações contratuais, por dia.	1
Deixar de fornecer a relação nominal dos empregados em serviço por dia	1
Atrasar o pagamento dos salários ou acréscimos salariais decorrentes de lei, contrato ou dissídio, por dia	1
Não fornecer vale-transporte em dia a seus empregados, por dia.	1

4. DA FAIXA DE AJUSTE NO PAGAMENTO

4.1 A faixa de ajuste no pagamento será definida:

Soma das pontuações atribuídas às ocorrências produzidas no período **multiplicado** por 0,5%. O desconto calculado será aplicado sobre o valor total da fatura mensal, até o máximo de 12% no período, conforme exemplo abaixo:

01 ponto	Desconto de 0,5% sobre o valor total da fatura mensal
02 pontos	Desconto de 1,0% sobre o valor total da fatura mensal
03 pontos	Desconto de 1,5% sobre o valor total da fatura mensal
04 pontos	Desconto de 2,0% sobre o valor total da fatura mensal
05 pontos	Desconto de 2,5% sobre o valor total da fatura mensal
	E assim por diante até o máximo de 12%

Observação: Nos casos de inviabilidade de glosa, o recolhimento da importância deverá ocorrer mediante pagamento de Guia de Recolhimento do Estado no prazo máximo de cinco dias, contados a partir da emissão da GRE.

ANEXO – A termo de notificação (ANS)		
1. Cumprimento da Ordem de Serviço Nº _____		Data ____ / ____ / ____
		Horas: _____
TIPO	Intercorência <input type="checkbox"/> Não conformidade <input type="checkbox"/> outros <input type="checkbox"/>	
COMUNICAÇÃO	Livro de obras <input type="checkbox"/> email <input type="checkbox"/> outro <input type="checkbox"/>	
Data da Solicitação	Data: ____/____/____ Hora: _____	
Início do Atendimento	Data: ____/____/____ Hora: _____	
Término do Atendimento	Data: ____/____/____ Hora: _____	
Solicitação:		
Observação da contratada:		
Indicador do atendimento	Pontos:	
Mecanismo de cálculo	Cada Ordem de Serviço será valorada individualmente	
Início da vigência	Data do início da vigência contratual	
Sanções	Desconto sobre o valor total da fatura mensal	
Assinatura da Contratante		Assinatura da Contratada